

PELA ESTRADA DE SÃO JOSÉ, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E PATRIMÔNIO: O EXEMPLO DA AVENIDA 16 DE NOVEMBRO, BELÉM-PA

Jorge Sales dos Santos (in memorian)¹
Maria Goretti da Costa Tavares²

Resumo: A análise da produção do espaço urbano de Belém, à luz da construção de identidades patrimoniais, mostra que a avenida 16 de Novembro exemplifica essa dinâmica cultural, tornando-a importante para a identidade territorial de Belém. O estudo que se propõe visa analisar a produção do espaço e espaços patrimonializados através do processo de (re)construção da estrada de São José (hoje avenida 16 de Novembro) em Belém. A metodologia é central na construção do plano de pesquisa, pois permite a visualização completa da hipótese estruturadora, aplicada à ideia de produção do espaço patrimonializado na avenida 16 de Novembro em Belém, com base no roteiro Geoturístico “Pela Estrada de São José”, além de expor a maneira pela qual se deu a (re)funcionalização no espaço urbano patrimonializado na avenida.

Palavras-chave: Patrimônio. Políticas Públicas. Identidade. Espaço Urbano

THROUGH SÃO JOSÉ ROAD, PRODUCTION OF SPACE AND HERITAGE: OR EXAMPLE OF NOVEMBER 16 AVENUE, BELÉM-PA

Abstract: The production of the urban space of Belém, in the light of the constructions of patrimonial identities, 16 de Novembro avenue exemplifies this cultural dynamic, with complex cultural dynamics, making it important for the territorial identity of Belém. Thus, the proposed study aims to analyze the production of space and heritage spaces through the process of (re) construction of the São José road (16 de Novembro avenue) in Belém-PA. Such methodology is central to the construction of the research plan, as it allows the complete visualization of the structuring hypothesis applied to the idea of producing the heritage space on Dezesesseis de Novembro avenue in Belém - PA based on the roteiros geo-turístico: “Pela Estrada de São José ”and how the (re) functionalization took place between the patrimonialized urban space on Avenue.

Key-words: Patrimony. Public policy. Identity. Urban Space

A TRAVÉS DE LA CARRETERA SÃO JOSÉ, PRODUCCIÓN DE ESPACIO Y PATRIMONIO: O EJEMPLO DE LA AVENIDA 16 DE NOVIEMBRE, BELÉM-PA

¹ Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-4977-1418>, mariagg29@gmail.com. Jorge Sales dos Santos faleceu em 15.01.2022

² Universidade Federal do Pará, Faculdade de Geografia e Cartografia, Belém, Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-2183-3090>

Resumen: La producción del espacio urbano de Belém, a la luz de las construcciones de identidades patrimoniales, la Avenida 16 de Novembro ejemplifica esta dinámica cultural, con dinámicas culturales complejas, que la hacen importante para la identidad territorial de Belém. Así, el estudio propuesto apunta a analizar la producción de espacios y espacios patrimoniales a través del proceso de (re) construcción de la carretera São José (Avenida 16 de Novembro) en Belém-PA. Dicha metodología es central para la construcción del plan de investigación, ya que permite la visualización completa de la hipótesis estructurante aplicada a la idea de producir el espacio patrimonial en la Avenida Dezesesseis de Novembro en Belém - PA a partir del guión Geo - Turístico: “Pela Estrada de São José” y cómo se produjo la (re) funcionalización entre el espacio urbano patrimonializado de la Avenida.

Palabras clave: Patrimonio. Políticas públicas. Identidad. Espacio urbano

Introdução

A reprodução urbana de Belém, desde sua fundação em 1616, ocorreu para corresponder aos interesses da classe dominante, desde a coroa portuguesa e da igreja, à burguesia, que ganhou força durante o período econômico da borracha entre 1850 a 1912. Essa expansão caracterizou-se através de atividades específicas que garantem a reprodução das forças produtivas desde a conquista e defesa do território, utilizando a mão de obra escrava indígena e africana para a exploração de matérias-primas na Amazônia, tendo Belém e Manaus como principais centros de concentração político-financeira.

A estrada de São José ganha papel de destaque após o aterramento do alagado do Pirí, no início do século XIX, o que possibilitou sua abertura interligando o Ver-o-Peso, principal feira e centro de comércio de Belém, ao convento de São José, construído em 1749 (ANDRADE, 2010, p. 214).

A partir de 1890, a estrada de São José teve seu nome modificado e hoje é conhecida como avenida 16 de Novembro, data simbólica em que o Estado do Pará aderiu à proclamação da República, de 15 de novembro de 1988. A partir de então, os processos de produção do urbano intensificaram-se na avenida, com a construção da estação central de Belém pelo prolongamento do ramal de São Brás da ferrovia Belém-Bragança, inserindo novos processos de reestruturação espacial.

Levando em conta a importância da estrada de São José (atual avenida 16 de novembro), que abrange os processos interligados para produzir o espaço constituído por um conjunto indissociável de objetos e ações, Santos (1996), em seus estudos, auxilia a análise a partir dos conceitos necessários, como os de “produção do espaço” e de “rugosidades espaciais”. Santos (1991) propõe uma metodologia para a interpretação da produção do espaço por meio da análise da

estrutura, processo, função e forma, que ocorrem de maneira simultânea. Esse processo dialético possibilita o entendimento através da análise de suas combinações variáveis que se diferenciam através do tempo.

A periodização, nessa perspectiva teórica, torna-se importante para a análise dos processos de produção do espaço que são simultâneos. Outro conceito importante que direciona a pesquisa é o de rugosidades espaciais, elaborado teoricamente no Brasil pelo professor Milton Santos, que realizou uma intensa revisão do conceito baseado em autores, como Marx, Bachelard, Hegel, Engels. Assim, para Santos (1996), as 'rugosidades' são, nesse sentido, as formas espaciais do passado produzidas em momentos distintos do modo de produção e, portanto, com características socioculturais específicas e que tiveram mudadas as suas funções. Nessa linha de interpretação, as 'rugosidades' constituem-se em paisagens técnicas que podem ser periodizadas segundo o desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico.

Objetivos

Objetivo geral

Analisar a produção do espaço e espaços patrimonializados através do processo de (re)construção da estrada de São José (avenida 16 de Novembro) em Belém-PA, considerando os elementos do espaço: estrutura, processo, função e forma.

Objetivos específicos:

- a) periodizar o processo de produção do espaço da avenida 16 de novembro;
- b) identificar e cartografar os espaços patrimonializados ao longo da avenida;
- c) identificar os antigos e novos usos e funções desses objetos existentes ao longo da avenida;
- d) identificar se existem ações (públicas, privadas ou do terceiro setor) para o patrimônio e turismo na avenida e seu entorno.

Método

Em relação à execução da pesquisa proposta e finalizada, foram utilizadas duas metodologias: uma voltada para os procedimentos metodológicos e a outra, de caráter analítico. Ambas são descritas a seguir.

Procedimentos metodológicos aplicados

- a) Levantamento do patrimônio existente na avenida 16 de Novembro e análise documental e bibliográfica.
- b) Observações sistemáticas *in loco* na avenida 16 de Novembro e em seu entorno.
- c) Levantamento cartográfico dos espaços patrimonializados no bairro.
- d) Realização de entrevistas semiestruturadas com agentes institucionais voltados para o turismo e para o patrimônio cultural da área (IPHAN, SECULT, FUMBEL, SETUR, DPHAC).
- e) Sistematização dos dados, elaboração de tabelas.
- e) Análise dos dados sistematizados para dar coerência às conclusões do trabalho.
- f) Elaboração do resultado final da pesquisa.

Metodologia analítica

Para a execução da pesquisa, seguimos a metodologia delineada por Santos (1985; 1996), a interpretação geográfica. Nela sustenta-se a ideia de que a formação dos espaços é moldada pela sucessão e coexistência de períodos e meios geográficos através da análise de sua estrutura, processo, função e forma.

Essa metodologia é central na construção do estudo, pois permite a visualização completa da hipótese estruturadora aplicada na ideia de produção do espaço patrimonializado na avenida 16 de Novembro, com base no roteiro Geoturístico pela estrada de São José, e de que maneira se deu a (re)funcionalização no espaço urbano patrimonializado na avenida. Dessa maneira pode-se conectar o passado e o estudo do presente com perspectivas para o estudo do patrimônio. Possibilita-se, assim, uma construção teórica sólida para delinear a produção do espaço da avenida e de como esta possui um tempo-espaço diverso em relação às diferentes escalas.

Figura 1 - Percurso do Roteiro Geo-turístico “Pela Estrada de São José”

Fonte: IBGE (2016). Elaboração: autora (2020).

Desenvolvimento

Reflexões acerca da produção do espaço urbano patrimonializado à luz da Geografia

Na discussão de espaço, em sentido mais estrito, a abordagem geográfica difere de abordagens como as da física e da astronomia que analisam o espaço como manifestações físicas ligadas diretamente à dinâmica física³. Einstein em suas pesquisas evidenciou as discussões acerca do espaço relativo⁴; a geografia, partindo dessa análise, aborda a ideia de espaço geográfico⁵ que leva em consideração todas as coisas contidas no espaço (terrestre), onde as relações produzem outras relações, ou outros espaços.

³ Na física, a Dinâmica é um ramo da mecânica que estuda o movimento de um corpo e as causas desse movimento.

⁴ O espaço passa a existir a partir das coisas que o constituem e não há sua preexistência sem a matéria.

⁵ Também designado como espaço absoluto.

No que concerne à produção do espaço geográfico, o dualismo ganha força com o geógrafo norte-americano Richard Hartshorne e sua abordagem nomotética e idiográfica como metodologia de análise. Segundo Godoy (2004), no século XX, a geografia possuía inúmeras metodologias para o estudo da reprodução do espaço: o homem passa a ser o produtor do espaço geográfico, e a natureza era vista com um olhar de subalternidade. Conceitos como “segunda natureza” começaram a ser empregados para legitimar a ação humana sobre o mundo natural.

Quando a geografia crítica foi incorporada ao meio científico mundial, na segunda metade do século XX, o termo “produção do espaço” ganha força através da discussão de Lefebvre na análise sobre como o sistema capitalista produz o espaço, evidenciando suas contradições e o modo como sua força e seu conteúdo passa a ser construído através da interação dos atores sociais. No Brasil, Milton Santos (1982) estabelece uma metodologia para analisar a produção do espaço através de sua forma, estrutura, processo e função, em que “os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram processo e incitam funções” (p.38).

No caminho teórico-metodológico de Santos (1982), a forma representa o aspecto visível, passando pela exterioridade dos objetos, como as formas espaciais da composição do espaço; a função, é a atividade que cada objeto desempenha no contexto espacial, levando em consideração os aspectos sociais e naturais, a partir das interações entre si, sendo formas e funções constituídas de diferentes maneiras, levando em conta o conjunto das relações espaciais; essa continuidade de relações que ocorrem no espaço e auxiliam em sua produção é denominada “processo” formando, assim, estruturas sociais que formalizam a dinâmica social do espaço urbano, e os aspectos econômicos-sociais ganham destaque no processo urbano que nasce a partir do processo, desiguais entre as relações nele existentes.

A partir dessas análises, Milton Santos resgata o conceito de “rugosidades espaciais” que representa os diferentes tempos existentes a partir da produção do espaço, ou seja, esse sistema de objetos e ações são constituídos de diferentes significados e diferentes tempos:

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se

inserir dentro delas (SANTOS, 1982, p.138).

A discussão sobre rugosidades espaciais auxilia diretamente no entendimento da produção do espaço patrimonializado, sobre o modo como o aspecto cultural é produzido através da produção do espaço à luz da metodologia “forma, função, processo e estrutura”? A patrimonialização como objeto de estudo geográfico inseriu novos horizontes na discussão cultural geográfica em seu fundamento material e imaterial.

Segundo Cruz (2012), sem cultura não há patrimônio, seja material ou imaterial, e a cultura passa pela formação de identidade que se estabelece de acordo com a dinâmica social em que o indivíduo vive. O patrimônio, além do caráter formal de conjunto de normas e leis que regem e delimitam o que é patrimonializado do ponto de vista do Estado, apresenta um caráter “informal” que passa pela valorização e sua significação para um conjunto de indivíduos sociais por sua ressignificação.

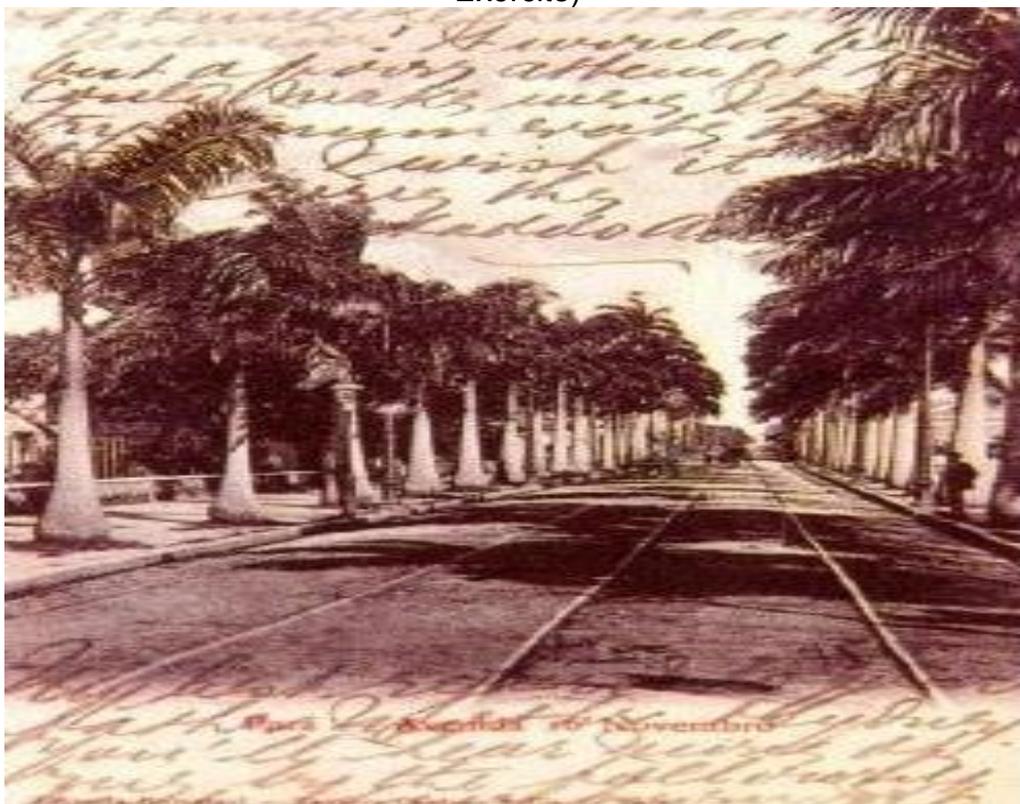
Nesse sentido, Castro e Tavares (2016) discutem a produção do espaço patrimonializado, estabelecendo conexões entre patrimônio e geografia, seguindo o pensamento de Nigro (2010) que aponta três linhas teórico-metodológicas da relação entre ciência geográfica e patrimonialização, sendo a produção do espaço resultante de seres culturais em suas interações através de relação de posse (bem patrimonial); outra linha de pensamento inerente à leitura geográfica passa pelo patrimônio como objeto/espaço de conflitos sociais/territoriais; surge, então, o resultado das interações sociais envolvendo as duas primeiras linhas, resultando no patrimônio percebido na esfera social, política e econômica. Essas esferas estão presentes nos três níveis de escalas institucionais responsáveis pela institucionalização dos objetos patrimonializados, no caso de Belém, FUMBEL, SECULT e IPHAN.

Como já foi ressaltado, nem todo patrimônio é aquele objeto patrimonializado pelo estado, podendo estar configurado como ressignificação para os atores sociais que produzem o espaço (patrimonializado). Assim, o patrimônio está dividido na esfera formal do Estado e na esfera de informação das significações sociais.

Processo de Produção do Espaço na Avenida 16 de Novembro: Uma Periodização

A avenida 16 de Novembro surgiu após o aterramento do Igarapé/alagado do Piri, também conhecido como “baixios da Juçara”, um lago que estava no entorno de Belém. Por algum tempo, os baixios⁶ foram obstáculo para a expansão territorial da cidade de Belém, fundada em 1616.

Figura 2- Estrada de São José (atual avenida 16 de Novembro) em direção ao Ver-o-Peso ao lado da Estação Central de Belém (atual Hotel de Trânsito do Exército)



Fonte: Andrade (2010)

Em 1803, iniciou-se o processo de aterramento do Alagado do Piri pelo então governador, Dom Marcos de Noronha e Brito, num período em que se pensava a expansão da cidade para as áreas mais altas. A partir de então, tornou-se possível a criação de novas estradas, depois transformadas em ruas, como é o caso da estrada de São José, que possibilitou a circulação entre o lugar onde hoje está

⁶ Banco de areia ou rochedo coberto por escassa quantidade de água do mar ou de rio.

localizado o Ver-o-peso até uma Olaria São José⁷. Atualmente, no local da olaria está o Polo Joalheiro.

O nome São José que dá nome à estrada e à olaria é referência ao santo São José e ao Convento de São José, que deu lugar à olaria devido à expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Marquês de Pombal. Além disso, o local ainda serviu como Quartel do Batalhão de Pedestres, Quartel do Esquadrão de Cavalaria (em 1804 durante o Governo de D. Marcos de Noronha), depósito de pólvora, hospital (em 1835 durante a Cabanagem) e cadeia pública.

Em 1835, foi transformado em hospital, para socorrer os feridos nas batalhas da Cabanagem. Em seguida, o prédio transformou-se em cadeia pública em 1843, pelo fato de haver muitos pacientes sob a tutela da justiça. Foram 150 anos como cadeia pública e presídio São José, tendo sido desativado em 1998, após diversas revoltas. Atualmente, no local funciona o Espaço Cultural São José Liberto. (FERREIRA, 2013).

O escritor paraense Dalcídio Jurandir retratou em um de seus romances a dinâmica espacial na Avenida 16 de Novembro com as lembranças espaciais da antiga Estação Central de trem⁸ em esquina com a avenida Almirante Tamandaré.

[...] Ali na esquina, novamente? Miragem, não, que nunca foi. Mas quem? Não era um dia nem dois que via aquela mulher na esquina, o mesmo traje, ao pé da mangueira, a espiar os alunos entrarem. De longe, não podia distinguir-lhe o rosto. No que ele ia se aproximando, sumia-se a mulher 16 de novembro adentro desfeita entre as palmeiras, na Estação do Trem, ou fugindo pela João Diogo para os becos da cidade velha. Sim, o mesmo traje à espera, ou à espreita, olhando para a porta do ginásio. Era? Alfredo, vai, abre o jornal, vai indo, num passo vagaroso, encobrendo-se com a folha aberta na notícia: “está novamente apagada a bóia do canal de bragança. Por esse motivo o pacote Campos Sales, que chegou anteontem, aquele canal, não pôde transpor...” dobra a notícia, como? Mas não! Larga o jornal ao pé da mangueira, a bóia apagada, pulou no estribo do jurunas (bonde), roça os joelhos nos sacos e cestos que as açazeiras e tacacazeiras traziam do Ver-o-peso, ninguém, a bóia apagada. (JURANDIR, 2009, p.138)

Após o início das atividades da Estação Central, por volta de 1889, o circuito espacial da produção foi alterado pelo barateamento dos fretes para os feirantes do Ver-o-peso: os produtos vindos do interior e dos municípios vizinhos, que a estrada de ferro Belém-Bragança cortava, já não iriam até São Brás, onde os feirantes

⁷ Lugar onde se fabricam peças de cerâmica.

⁸ Onde atualmente está localizado o Hotel de Trânsito do Exército (ponto 8 do mapa (figura 1)).

fretavam carroças para transportar seus produtos; agora, o destino final seria na estrada de São José com a Avenida Tamandaré.

As locomotivas da Maria Fumaça da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB) cortavam Belém: de São Brás, o trem seguia pela avenida Gentil Bittencourt, antiga estrada da constituição, realizando uma parada no horto municipal, onde havia uma pequena estação e, logo depois, seguia pela Mundurucus até a estrada de São José, passando pelo presídio de São José.

Outro ponto interessante é a relação do prolongamento da EFB com o Círio de Nazaré, pois os fiéis oriundos do interior poderiam ir até a estação central, localizada próximo à igreja da Sé, de onde sai a procissão.

Após o declínio da borracha, Belém perdeu seu poder econômico e, assim, o prolongamento da EFB passou para as mãos do governo federal e, em 1928, a estrada teve suas atividades encerradas. Em 1950, a estrutura da estação foi demolida para a construção do que hoje é o hotel de trânsito dos oficiais do exército.

Na avenida, uma importante rugosidade espacial (SANTOS, 1978) se destaca: o Casarão do Boneco, sede de um grupo de teatro com bonecos e espaço compartilhado de trabalho coletivo de 37 artistas/produtores de cenas diversas (NASCIMENTO, 2018):

Depois do último ponto de ônibus, no último quarteirão da avenida 16 de novembro, do lado esquerdo, está o Casarão. É antigo e está com a fachada toda se deteriorando, no gerúndio da cor indefinida do passado da sua pintura. Por vaidades teve a barra grafitada, mas já está em desbotamento. O número 815 é difícil de achar, mas é só não ligar para esse detalhe que o casarão te aparece entre a rua Veiga Cabral e a Praça Amazonas. Ali é bairro de Batista Campos, mas até os Correios confundem com os bairros do Juruas e da Cidade Velha. Que fica em Belém do Pará, tu já sabes (NASCIMENTO, 2018, p. 49).

Sua arquitetura do estilo eclético representa o tempo de sua construção do final do século XIX, no centro da cidade, no bairro da Cidade Velha, em um período de reforma urbana da cidade, dinamizado pela economia da borracha, quando os barões da borracha visavam as principais cidades, caracterizadas por sua posição geográfica importante para o escoamento do produto. O Casarão, localizado na Estrada de São José, com seu chão batido cercado por palmeiras imperiais, contrastava com o tempo da cidade.

O que era uma estrada de paralelepípedos, com edificações de estilos distintos, agregadas a residências mais modestas, em pouco mais de um século

tornou-se avenida de intensa circulação de veículos, a presença de comércios, igrejas e edifícios, esses fixos e fluxos (SANTOS, 1988), a avenida passou por constantes transformações em sua dinâmica; hoje, a avenida tem função de fronteira entre bairros, dividindo os bairros da Cidade Velha, Batista campos, Campina e Jurunas.

Figura 3- Dinâmica atual da avenida 16 de Novembro



Fonte: Marcos André (2019).

Outra especificidade da avenida é percebida através do senso comum, quando se pensa que a avenida 16 de Novembro inicia na doca do Ver-o-peso, e outras que se iniciam ao lado do prédio da prefeitura. De fato, a 16 de Novembro inicia em confluência com a rua João Diogo ao lado do prédio do Corpo de Bombeiros e segue até o Polo Joalheiro; na Doca do Ver-o-peso inicia a avenida Portugal que se prolonga até o prédio da prefeitura e, entre o prédio da Prefeitura e do Corpo de Bombeiros segue a rua Inácio Guilhon (ver figura 1).

Políticas Públicas e a formação do Processo de Patrimonialização no Brasil

O conceito de patrimônio, como já ressaltado neste artigo, é um conceito socialmente produzido, ou seja, possui várias conotações, além de ser “herança que passa por diversas gerações”; assim, surge o termo patrimonialização para referir-se aos processos de formação das concepções de patrimônio pela sociedade e a maneira como são formadas.

Nesse sentido, as políticas públicas de patrimonialização são essenciais para o estabelecimento de um processo democrático das políticas voltadas para o patrimônio em todas as instâncias institucionais e sociais. As políticas públicas em torno do patrimônio evidenciam a maneira como a sociedade constrói sua identidade através da prática de memória, dessa forma gerando uma construção social em diferentes escalas.

Por memória entende-se:

Faculdade psíquica presente em cada pessoa. Também pode ser entendida socialmente como um suporte (que armazena informações, como um livro, fotografia e música); uma prática (ato que evoca a lembrança, como a comemoração de algo ou alguém); e uma representação (imagem construída com esse ato). (NOGUEIRA; R. FILHO, 2020, p. 6).

A identidade é a “imagem de si, que construímos para si e para os outros nas interações sociais, geralmente associada ao sentimento de pertença de um indivíduo a um determinado grupo social ou nação” (NOGUEIRA; R. FILHO, 2020, p. 6). Entende-se que as políticas públicas voltadas para o patrimônio devem ser tomadas como prática social que se formam a partir de relações espaciais entre o Estado e a sociedade, constituindo ações de valorização do patrimônio cultural (material e imaterial).

Com esta visão, Abreu (2015) ressalta três momentos de políticas públicas voltadas para o processo de patrimonialização. No primeiro, destaca-se a criação de agentes internacionais entre o século XIX e o século XX, com processos de patrimonialização com base na reconstrução do passado e na busca da valorização da arte nacional; o segundo, é definido a partir da criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com a definição do conceito de antropologia cultural para evidenciar a cultura como um sistema complexo adquirido por membros da sociedade, ressaltando a dinâmica identitária em contraponto às hierarquias institucionais; por fim, a terceira fase é definida a partir de 1980, com o estabelecimento da definição de políticas públicas por meio da patrimonialização das diferenças culturais para a preservação das singularidades locais frente ao processo de globalização, ou seja, objetivando a valorização das identidades culturais locais.

No Brasil, as políticas públicas efetivas ganham forma a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, pelo

decreto-lei nº 25/1937, com o objetivo nacionalista de valorização da cultura nacional, ações que resultaram na criação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no mesmo ano. O desenvolvimento de políticas públicas para a preservação do patrimônio através do tombamento é definido como segue.

Ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (NOGUEIRA e FILHO, 2020, p. 8).

A partir de então, mudou-se a dinâmica do processo de patrimonialização no Brasil, com o tombamento de igrejas, fortes e até expressões culturais; no mesmo período, desenvolveu-se a dinâmica social que tornaria a discussão sobre patrimônio e sua defesa um ato defendido pelos cidadãos com mais recursos financeiros, logo, com acesso a informações de outros países, referências no processo de patrimonialização, processo que ganhou legitimação institucional a fim de também legitimar o discurso nacionalista do Estado através da valorização das culturas locais.

No período da ditadura militar, o processo de patrimonialização ganhou novas dinâmicas com o mesmo intuito de legitimação de um discurso nacionalista, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975, instituindo novos conceitos como “bem cultural” e “referência cultural”, a CNRC, órgão subordinado ao governo militar, responsável por atribuir qualificações aos objetos espaciais e culturais.

Com a redemocratização em 1988 e a nova constituição, procurou-se valorizar as identidades regionais e estabelecer a patrimonialização das diferenças e valorização da cultura dos povos tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. O artigo 216 da constituição de 1988 preocupou-se em redefinir o conceito de Patrimônio Cultural Brasileiro

(...) como bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (CONSTITUIÇÃO, 1988)

Nesse processo de redemocratização da cultura, o impulso da era da informação possibilitou o acesso da população mais pobre à discussão sobre patrimônio e o processo de patrimonialização através de políticas públicas. Mesmo nos dias atuais, ainda ocorrem negligências por parte do estado e a população com

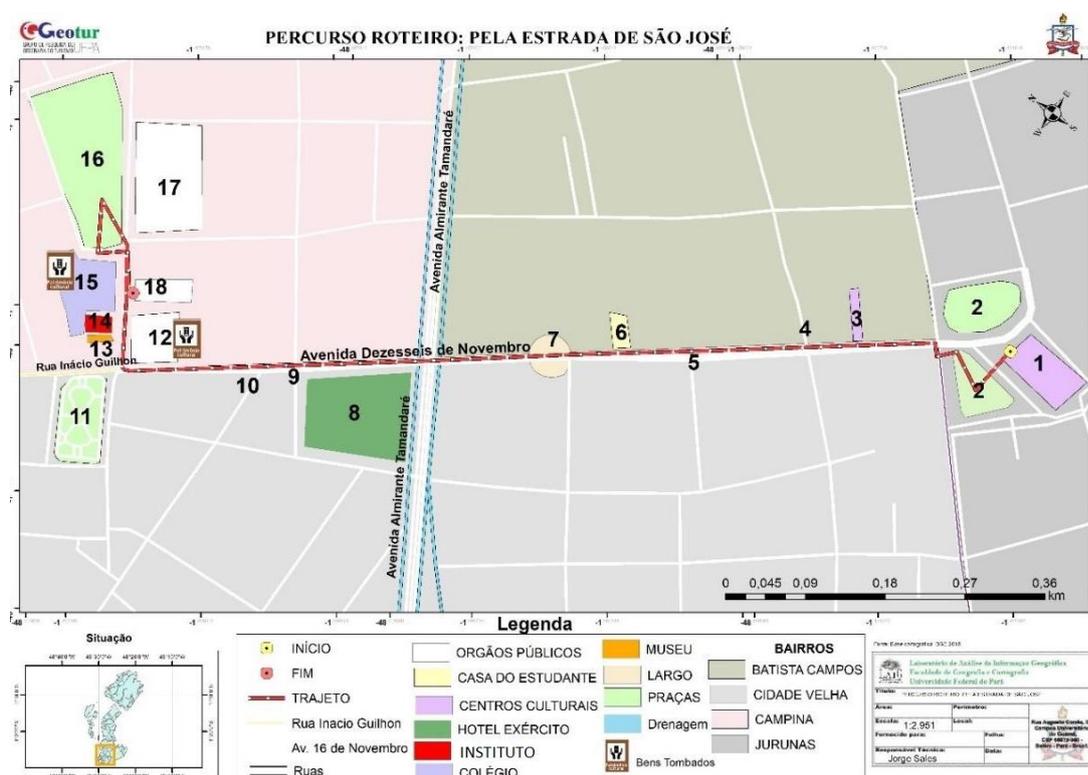
maior poder econômico ainda está presente nessa discussão em maior número, (centralizando esse processo).

Políticas públicas e o processo de patrimonialização na avenida 16 de Novembro em Belém

A avenida 16 de Novembro, antiga estrada de São José possui importância devido à sua localização geográfica, interligando a área do comércio ao centro da cidade de Belém, e por ser o limite administrativo de importantes bairros com forte presença de bens tombados, como Campina, Cidade Velha, Batista Campos e Jurunas. Os bairros da Campina e da Cidade Velha destacam-se por serem os primeiros bairros de Belém, exibindo fortes traços culturais da influência portuguesa em seu patrimônio material e imaterial devido à ocupação inicial da cidade, caracterizada através da construção de fortes e igrejas com o objetivo de ocupar e expandir seus territórios, processo que ficou conhecido como entre a cruz e a espada: influência italiana, pelas obras do arquiteto Antônio Landi, e influência francesa, graças ao período da borracha que modificou a dinâmica econômica da cidade. Esses são alguns processos que constituíram as formas dos bairros da Cidade Velha, Campina, Batista Campos e Jurunas, em que se instituiu um forte processo de patrimonialização, constituindo estruturas culturais do ponto de vista do Estado.

Entretanto, esse processo de patrimonialização passa a ser centralizado pelas ações do estado e das formas deixadas como heranças espaciais do tempo, as políticas públicas nas três esferas de poder (federal, estadual e municipal) estabelecem metodologias em que a dinâmica de patrimonialização é formada de dentro para fora, isto é, levando-se em consideração aspectos do ponto de vista estético e histórico, porém ignorando as relações sociais que ocorrem no local a ser patrimonializado. O roteiro geoturístico “pela estrada de São José” possibilita essa percepção por meio de diálogos coletados durante os roteiros e confecção de mapas de bens oficialmente patrimonializados, possibilitando a compreensão desse processo, uma vez que apenas objetos mais próximos do centro histórico de Belém são tombados como o Corpo de Bombeiros e o Colégio Paes de Carvalho, enquanto os locais na avenida que detêm uma rica dinâmica cultural por suas identidades e relações produtoras de cultura sofrem com o descaso dos órgãos responsáveis por essa política de valorização do patrimônio.

Figura 4- Mapa de Objetos Tombados pelos órgãos responsáveis



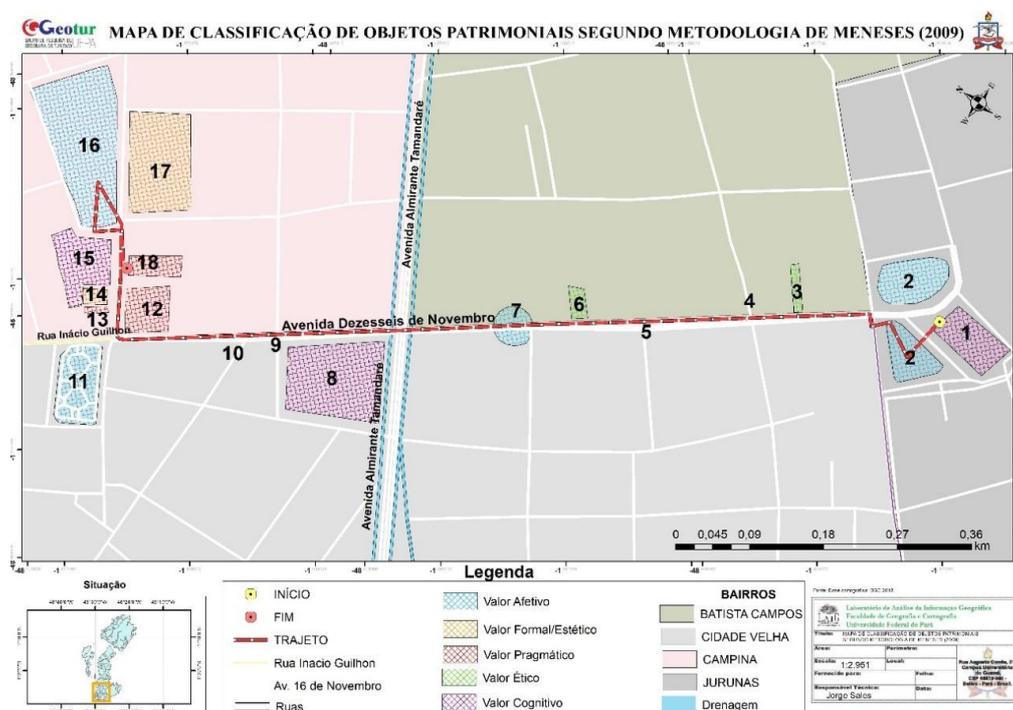
Fonte: SECULT; IPHAN. Elaboração: autor (2020)

Tendo em vista essa problemática, foram confeccionados outros mapas temáticos com o objetivo de classificar esses bens na avenida e no seu entorno, do ponto de vista de sua riqueza cultural, usando-se a metodologia de Meneses (2009) que considera a patrimonialização como resultado das relações sociais, levando em consideração fatores como tempo, espaço, memória e identidade, assim classificando-os:

- O valor cognitivo costuma tomar o bem como um documento, ao possibilitar uma fruição intelectual e técnica, que pode apontar para o padrão estilístico que orientou o pedido de tombamento deste prédio, um dos primeiros construídos no local.
- O valor formal ou estético é percebido por um tipo de apreço sensorial, como aquele que desponta em torno de seu formato metaforizado de navio, ao ser contemplado por um habitante ou visitante da cidade, num dos pontos mais badalados à beira-mar.
- O valor afetivo, muito relacionado à memória, deriva de vinculações subjetivas de identificação com o bem, como os dos antigos moradores e sujeitos que frequentam o seu entorno.
- O valor pragmático é mais um valor de uso percebido como qualidade, como os dos projetistas que tentam requalificá-lo diante da especulação imobiliária característica da área onde está localizado.

e. O valor ético seria aquele associado não somente ao bem, mas às interações sociais nas quais ele é apropriado, tendo como referência o lugar do outro, a exemplo dos artistas que o tomam como símbolo da cidade. (MENESES, 2009, p.35)

Figura 5- Objetos Patrimonializados de Acordo com Metodologia de Meneses



Para a elaboração do mapa, além da metodologia de Ulpiano Meneses, também foram utilizadas as entrevistas com residentes da avenida 16 de Novembro e apoio de pesquisa desenvolvida por Nascimento (2018) sobre o Casarão do Boneco e das dinâmicas da avenida. Nesse sentido percebe-se como patrimônio, de acordo com seu valor cognitivo, o Espaço São José Liberto, conhecido como Polo Joalheiro, Hotel de Trânsito de Oficiais do Exército e o Colégio Paes de Carvalho. O valor cognitivo parte da premissa de estética, história e memória que os bens carregam com o decorrer do tempo, considerando seu antigo e atual uso, como o Centro Cultural São José Liberto, que já serviu como presídio, e o Hotel de Trânsito, onde se localizava a estação central de trem em Belém.

De acordo com o valor formal ou estético, enquadram-se a Academia Paraense de Letras e o Prédio do Comando Militar do Norte, com a sua importância paisagística, com traços estéticos vislumbrando sentidos sensoriais do espaço formado e preservados através das dinâmicas decorrentes da formação territorial da

capital paraense.

Levando em conta o valor afetivo, as entrevistas evidenciaram uma rica diversidade cultural na avenida. Nesse ponto destacam-se as praças da Bandeira, Felipe Patroni, Amazonas e Osvaldo Cruz, além do largo do redondo, locais que são e foram frequentados pelos moradores que destacaram a importância histórica do largo do redondo e a afetividade com a praça Amazonas e Osvaldo Cruz. Porém, a insegurança e a falta de estrutura foram apontadas como empecilhos para se frequentar os locais.

Figura 6- (A) Academia Paraense de Letras; (B) Hotel de Trânsito do Exército (C) Casa do Estudante (D). Em primeiro plano, os canhões na Praça da Bandeira e, em segundo, o Comando Militar do Norte



Fonte: Marcos André (2019).

Em relação ao valor pragmático, entende-se o Corpo de Bombeiros e o Prédio do Tribunal Superior Eleitoral como objetos pragmáticos por sua localização geográfica e por terem sido sendo requalificados no local. É o caso do prédio do Centro de Cultura da Justiça Eleitoral, onde se desenvolvem políticas de inclusão social por meio da cultura, com exposições em diversas áreas, focalizando do ponto de vista histórico e cultural o estado do Pará, promovendo assim a difusão do patrimônio para os diferentes setores da sociedade.

O valor ético, com sua base atenuada do ponto de vista das dinâmicas sociais e o valor do ser e estar no espaço, é exemplificado por dois locais especiais do

ponto de vista da riqueza de suas relações, a Casa do Estudante da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Casarão do Boneco, locais que abrangem relações culturais diversificadas. Veja-se, por exemplo, a casa do estudante que corrobora com a política de assistência estudantil da UFPA, possibilitando a miscigenação cultural no espaço. Através de entrevistas, notou-se que as relações no local contribuem para a troca de saberes e trocas culturais entre alunos advindos de municípios do interior do estado; porém, a falta de políticas para o espaço dificulta a permanência dos estudantes na casa. Por ser uma unidade público/privada, a casa é negligenciada pelo governo federal que deveria repassar recursos para a manutenção do local. Os estudantes ainda aguardam a construção do prédio de residência estudantil localizado em frente ao portão 3 da UFPA, em obras há anos.

No caso do Casarão do Boneco, “sede de um grupo de teatro com bonecos e espaço compartilhado de trabalho coletivo de 37 artistas/produtores de cenas diversas” (NASCIMENTO, 2018, p.7), local rico em difusão social e cultural através de dinâmicas que integram o espaço, que se destaca por seus traços arquitetônicos e sua jardinagem, contribuindo para o espelhamento da identidade amazônica no local. O espaço interno, mesmo com os buracos no piso desgastado pelo tempo e infiltrações no teto, mexe com o imaginário de quem visita o local, graças à decoração em que são utilizados objetos aproveitados de espetáculos e bonecos, vários bonecos, e a frase, “se vocês tiverem sorte, um deles pode falar com vocês”, de uma das artistas, refletindo a riqueza imaterial existente no local por meio de sua construção social e cultural.

Figura 7- Espaços do Casarão do Boneco

Fonte: Marcos André (2019).

O anfiteatro passa a ser a cereja do bolo cultural, palco onde as relações culturais se materializam em suas dinâmicas artísticas com o público, local cercado por paisagens verdes que amenizam a temperatura no local, contribuindo para o bem-estar. Essas relações fazem com que o Casarão do Boneco seja o espelho do trabalho em questão: um único local reúne todas as relações existentes na avenida, com sua riqueza cultural e seu abandono por parte do poder público, com sua visão de fora para dentro do ponto de vista patrimonial, que acaba ignorando o patrimônio que o casarão sempre materializou no local.

Ressalta-se que os locais destacados no mapa e classificados relacionam-se entre si do ponto de vista ético, formal, pragmático, cognitivo e afetivo, podendo ser classificados com mais de um valor, o que evidencia a importância de políticas de patrimonialização voltadas para a avenida e seu entorno, políticas que possam levar em conta as relações existentes no local, as identidades, com um olhar de dentro para fora. Daí a importância da relação do estado, intermediada pelos órgãos responsáveis pelas políticas públicas voltadas para o patrimônio, com a população local.

Considerações Finais

O estudo do processo, função, estrutura e forma de produção do espaço patrimonializado na estrada de São José possibilitou a compreensão das dinâmicas sociais em Belém, palco de relações que evidenciam os períodos que resultaram na sua formação territorial, de estrada, no Brasil Colônia, até se tornar avenida, com o final do Brasil Império, avenida 16 de Novembro da estação central de Belém, no Período da Belle Époque, avenida do presídio de São José até o início do século XXI, tornando-se avenida de desenvolvimento cultural, rica através de suas relações.

As relações existentes na avenida são uma das principais riquezas patrimoniais da 16 de Novembro. Através delas são constituídas outras relações, outros espaços que possibilitam a heterogeneidade da formação patrimonial. É por meio dessas relações que as políticas públicas devem ser tomadas do ponto de vista do lugar, deixando o discurso do ser cultural e tomando a parte do “eu” cultural, evidenciando o poder identitário existente no espaço urbano.

Normas, registros, catálogos, termos que caracterizam as políticas patrimoniais tradicionais produzidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria de Cultura do Estado do Pará e Fundação Cultural do Município de Belém e caracterizam os resultados mostrados nesta pesquisa, isto é, são políticas ligadas apenas à história contada e à arquitetura percebida, corroborando para uma visão parcial da cidade como produtora de cultura, de acordo com as relações de poder existentes no local. Desse modo, é imprescindível uma nova política patrimonial voltada para o lugar, política além do discurso construído pela academia e Estado, mas efetivada no modo de vida da população, na área nobre da cidade, no centro histórico, nas periferias, afinal, são essas relações a base de formação da cultura.

Referências

ABREU, M. (2011). Sobre a memória das cidades. In CARLOS, A. F. A. et al.(orgs). **A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios**. Contexto. São Paulo, p.19-39

ANDRADE, Fabiano Homobono Paes de. **De São Braz ao Jardim Público - 1887-1931**: um ramal da estrada de ferro de Bragança em Belém do Pará. 2010. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **A cartografia histórica como instrumento para análises de configurações espaciais pretéritas**. In: Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 5, 2013, Petrópolis. Anais do IVSLBCH, 2013.

ANDRADE, Fabiano Homobono Paes Andrade. **De São Braz a Jardim Público-1887-1931: um ramal da estrada de ferro de Bragança em Belém do Pará**. São Paulo, PUC, Tese de Doutorado, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

CASTRO, CLEBER AUGUSTO TRINDADE ; TAVARES, M. G. C. . **Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-Pa**. Revista Turismo Estudos e Práticas , v. 5, p. 57-87, 2016.

COSTA, F. A. A Economia do Grão-Pará: Uma avaliação crítica (1720-1822). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n.1, 2012, p. 197-219. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010406182012000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01.10.2022.

CRUZ, Rita Ariza. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **Revista GEOUSP**, São Paulo, p. 95 -104 2012.

FERREIRA, Priscilla R. Camargo. **São José Liberto ou Presídio?** Memória coletiva e o patrimônio material em Belém do Pará. In: I Colóquio internacional mídia e discurso na Amazônia, 2013, Belém. ANAIS. Disponível em: https://www.academia.edu/30049604/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_Liberto_ou_Pres%C3%ADdio_Mem%C3%B3ria_coletiva_e_o_patrim%C3%B4nio_material_em_Bel%C3%A9m_do_Par%C3%A1?auto=download.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GODOY, Paulo R.Teixeira de. História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia, São Paulo, Ed. UNESP, 2004

JURANDIR, Dalcídio. **Primeira manhã**. 2 ed. Belém: EDUEPA, 2009.

LEFEBVRE, H. La Producción del Espacio. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Ouro Preto, MG, 2009.

NASCIMENTO, Paulo R. S. **Casarão do Boneco: experiência de um corpo relacional em um território existencial**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Artes (PPGARTES), Instituto de Ciências da Arte: Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annalube, 2010.

NOGUEIRA, Antonio G. R; R. FILHO, Vagner. **Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio**. Fortaleza, CE : Fundação Demócrito Rocha, 2020.

PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais - um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base**

Comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009, v. 1, p. 162-174.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar.** 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

NOTAS DO AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Jorge Sales dos Santos - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

Maria Goretti da Costa Tavares –. Coleta de dados Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY-NC](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, sem uso comercial e desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 31-01-2021

Aprovado em:13-03-2022